



# As transformações na paisagem do Oeste catarinense entre as décadas de 1960 e 1980

Michely Cristina Ribeiro <sup>1</sup>  
Samira Peruchi Moretto <sup>2</sup>

## RESUMO:

A transformação ambiental no Oeste de Santa Catarina foi intensificada a partir do processo de colonização, iniciado na primeira metade do século XX. A Mata de Araucária – Floresta Ombrófila Mista – e a Mata Branca – Floresta Estacional Decidual – presentes na região serviram como atrativo para a instalação de madeireiras e serrarias, e conseqüentemente o desmatamento alterou de maneira significativa a paisagem original do Oeste. As áreas ocupadas por estas fitofisionomias correspondiam, respectivamente, a 42,5% e 9,6% de toda a vegetação catarinense no início do século XX. A exportação das madeiras representou uma atividade econômica de grandes lucros para o Estado durante a primeira metade do referido século. A redução das áreas de floresta possibilitou a ascensão de outras atividades econômicas no local, como a produção agropecuária e monocultura de árvores exóticas. Este trabalho analisa, através da metodologia da história ambiental, as transformações ambientais ocorridas no oeste catarinense entre as décadas de 1960 e 1980. Para isso, buscamos identificar quais eram os diferentes grupos sociais que ocupavam a região, compreender como ocorreu o processo de desmatamento, identificar a influência do Código Florestal de 1965, bem como perceber as atividades econômicas encontradas no oeste catarinense durante este período. A mata atlântica passou a ser considerada como patrimônio nacional somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988, quando começou a haver, de certa maneira, maior controle nas ações sobre o meio ambiente. As fontes utilizadas para possibilitar este estudo foram periódicos regionais, legislação, censos demográficos, relatórios de governo e das companhias colonizadoras e entrevistas.

**Palavras-Chave:** História Ambiental; Transformações ambientais; Desmatamento.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul, UFFS, Brasil. Bolsita de iniciação científica do CNPq, Brasil. michelyribeiro@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutorado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil. Docente na Universidade Federal da Fronteira Sul, UFFS, Brasil. samira.moretto@uffs.edu.br

**N**a região Oeste de Santa Catarina, a cobertura vegetal encontrada corresponde a duas variações do bioma da Mata Atlântica, que são a Floresta Ombrófila Mista (FOM) e a Floresta Estacional Decidual (FED). Entre outras espécies, na FOM encontra-se presente a araucária, sendo que essa vegetação ocupava inicialmente 40.807 km<sup>2</sup> do território catarinense, ou seja, correspondia a 42,5% da vegetação do estado. Desse total, apenas 0,7% ainda permanece remanescente. Já em relação à FED, sua abrangência era de 9.146 km<sup>2</sup>, totalizando 9,6% da vegetação catarinense. Seus remanescentes, segundo levantamento feito pelo Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina (2013), são menores que as outras variações fitoecológicas do estado, além de encontrarem-se mais fragmentados.

Tais alterações observadas na composição natural estão relacionadas com a maior antropização da paisagem. Na região Oeste do estado, esse fato foi intensificado com o processo de colonização, o qual teve início na primeira metade do século XX. Anteriormente, povos indígenas e caboclos já habitavam o local, utilizando a terra para fins de subsistência. Com o começo das atividades das companhias colonizadoras, passou a ser incentivada a migração de colonos descendentes de europeus, em sua maioria vindos do Rio Grande do Sul. Para que a comercialização dos lotes feita pelas companhias colonizadoras não encontrasse obstáculos, e considerando que os indígenas e caboclos não tinham a posse legal das terras que ocupavam, esses grupos muitas vezes foram expropriados dos locais onde moravam.

Ao longo do encadeamento destes fatos, a derrubada das florestas era feita como forma de limpeza dos lotes, tornando possível que as atividades agrícolas tivessem grandes lucros para o Estado, sendo que a comercialização das madeiras era feita principalmente para a Argentina, para onde eram transportadas por meio de balsas pelo Rio Uruguai.

Com a intensa exploração dos recursos florestais durante o século XX, tornou-se necessária a adoção de medidas legais para o controle florestal. Assim, na década de 1960 foi promulgado um novo Código Florestal, e criado o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), que substituiu o Instituto Nacional do Pinho (INP).

## **Metodologia**

Este trabalho foi desenvolvido através da metodologia da história ambiental, a qual objetiva compreender, conforme Worster (1991, p. 200), “como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados”. Portanto, buscamos analisar as relações dos grupos sociais que habitavam a região com o ambiente em que estavam inseridos, partindo do estudo de aspectos ambientais, sociais, culturais e

econômicos. Para isso, foram utilizados como fontes os periódicos regionais, como *A Voz de Chapecó*, *O Imparcial*, *Folha d'Oeste*, *Correio do Sul*, legislação, censos demográficos, relatórios de governo e das companhias colonizadoras e entrevistas. O acesso às fontes ocorreu principalmente através do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM), localizado em Chapecó.

## **Resultados e discussões**

No decorrer da pesquisa, foi possível observar a ligação entre as transformações ambientais e o processo de ocupação da região Oeste de Santa Catarina, o qual gerou momentos de conflitos entre os diferentes grupos sociais presentes. Essas tensões foram ocasionadas pelo fato de índios e caboclos terem sido considerados como inferiores diante do colono de descendência alemã e italiana que migrou para o oeste. A expulsão destes grupos das terras que ocupavam não ocorre dentro de um contexto regionalmente isolado, pois conforme Vicenzi (2008, p. 54) “expulsar os moradores, caboclos e índios, tornar-se proprietário, explorar as terras compradas e tituladas, povoar, colonizar, extrair riquezas eram processos que prosseguiram, num novo patamar, a ocupação das terras no Brasil, desde os anos 1530”.

A exploração dos recursos florestais também propiciou o surgimento de outros grupos sociais. Além dos donos de madeiras e dos serradores, a atividade madeireira contou com a figura do balseiro para que pudesse obter êxito (Bellani 1991). Como as estradas eram precárias, a atuação do balseiro era necessária para transportar as madeiras pelo Rio Uruguai, durante o período das cheias do rio.

Conforme as terras eram desmatadas, surgia espaço para que a agricultura e a pecuária ocupassem lugar como importantes atividades econômicas. Além da suinocultura, o cultivo de milho, trigo, feijão e soja passaram a ter destaque.

Devido ao desmatamento excessivo, surgiu uma preocupação por parte do governo em ter maior controle florestal. Em 15 de setembro de 1965 foi promulgado o novo Código Florestal por meio da Lei Nº 4.771. Como principais prerrogativas deste Código, destacam-se o controle do corte indiscriminado de áreas florestais e o incentivo ao reflorestamento. Observa-se em diversos momentos que a preocupação não era com a preservação da biodiversidade da mata nativa, e sim com a possibilidade de manutenção das atividades madeireiras. Portanto, foi permitido que parte do imposto de renda fosse destinada para fins de reflorestamento, mas o Código não especificava quais espécies deveriam ser utilizadas. Isso contribuiu para que preferencialmente fossem escolhidas as espécies exóticas, como *Pinus sp* e *Eucalyptus*. Criado em 1967, o IBDF também incentivou a utilização de exóticas. Nos anúncios de empresas de reflorestamento encontrados nos periódicos regionais da época prevalece o discurso de reflorestar como forma de lucrar economicamente, e mesmo quando

anunciavam que tinham mudas de Araucária disponíveis para venda, as espécies exóticas estavam presentes na mesma propaganda.

## **CONCLUSÕES**

Conclui-se que o desenrolar das ações antrópicas na região do Oeste de Santa Catarina ocasionou uma descaracterização da paisagem original. Primeiramente com o desmatamento, que ocorreu concomitantemente com a ocupação do território em maior escala a partir da comercialização dos lotes pelas companhias colonizadoras, e em seguida com a inserção de espécies exóticas nos locais onde antes havia mata nativa, alterando as características do meio ambiente.

## **AGRADECIMENTOS**

À Universidade Federal da Fronteira Sul pelo apoio institucional para desenvolvimento do projeto “Desbravando e transformando: as alterações ambientais no Oeste catarinense, nas décadas de 1960 a 1980”. Ao CNPq pela bolsa PIBIC.

## **REFERÊNCIAS**

- BELLANI, Eli Maria. *Madeiras, Balsas e Balseiros no Rio Uruguai – 1917 – 1950*. Florianópolis: UFSC, 1991.
- VIBRANS, Alexander C. et al. *Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina: resultados resumidos*. Blumenau: Universidade Regional de Blumenau, 2013.
- VICENZI, Renilda. *Mitos e história na colonização do oeste catarinense*. Chapecó: Argos, 2008.
- WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.4, n. 8, 1991, p. 198-215.

## Transformations in the landscape of the West of Santa Catarina between the 1960s and 1980s

### **ABSTRACT**

Environmental transformation in the West of Santa Catarina was intensified since the process of colonization began in the first half of the 20th century. The Araucaria Forest and the Deciduous Seasonal Forest present in the region served as attraction to for the installation of logging activities, and consequently deforestation changed significantly the original landscape. The areas occupied by these vegetation corresponded, respectively, to 42,5% and 9,6% of all Santa Catarina vegetation at the beginning of the 20th century. The exportation of wood represented an economic activity of great

profits for the State during the first half of that century. The reduction of forest areas allowed the rise of other economic activities in the area, such as agriculture and monoculture of exotic trees. This study analyzes, through the methodology of environmental history, the environmental transformations that occurred in the west of Santa Catarina between the 1960s and 1980s. In order to achieve the objectives, we intend to identify the different social groups that occupied the region, understand how the deforestation process occurred, identify the influence of the Forest Code of 1965, as well as to understand the economic activities found in the west of Santa Catarina during this period. The Mata Atlântica came to be considered as national patrimony only with the promulgation of the Federal Constitution of 1988, when there began to be, in a way, greater control in the actions on the environment. The sources used to enable this study were regional newspapers, legislation, demographic censuses, government and colonizing companies' reports and interviews.

**Keywords:** Environmental History; Environmental transformations; Deforestation.